

CARLOS CABRAL CABRERA

Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Professor de Direito Constitucional da Faculdade de
Direito da Universidade Paulista UNIP.

ROBERTO MENDES DE FREITAS JUNIOR

Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Professor de
Direito Penal e Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da
Universidade Paulista.

LUIZ GUILHERME DA COSTA WAGNER JUNIOR

Advogado. Mestre pela PUC/SP Doutorando pela PUC/SP. Coordenador
do Curso de Direito da Graduação da UNIP no Campus de Santos.

DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO
doutrina e legislação

Del Rey

Belo Horizonte, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

- Cabrera, Carlos Cabral.
- C117 Direitos da criança, do adolescente e do idoso: doutrina e legislação / Carlos Cabral Cabrera, Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior, Roberto Mendes de Freitas Junior. - Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
376p.
ISBN 85 -7308-815-X
1. Direitos da criança. 2. Direitos do adolescente. 3. Direitos do idoso. I. Wagner Junior, Luiz Guilherme da Costa. II. Freitas Junior, Roberto Mendes de. III. Título.

CDD: 323
CDU: 342.7

SUMÁRIO

Nota dos autores

xvii

TÍTULO I DIREITOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1. Breve evolução histórica dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil	3
2. Perfil Constitucional dos Direitos da Criança e do Adolescente	6
3. Princípios norteadores dos Direitos da Infância e da Juventude	7
3.1. Princípios-natureza jurídica	7
3.2. Os princípios em espécie	8
3.2.1. Princípio da prioridade absoluta	9
3.2.2. Princípio da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento	9
3.2.3. Princípio da participação popular	10
3.2.4. Princípio da excepcionalidade	10
3.2.5. Princípio da brevidade	10
4. Conceito legal de criança e adolescente	11
5. Agentes responsáveis pela aplicação do Direito da Infância e da Juventude	12
5.1. Juiz da Infância e da Juventude	12
5.2. Ministério Público	14
5.3. Advogado	16
5.4. Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente	18
5.5. Conselho Tutelar	19
5.6. Serviços Auxiliares da Justiça	21
5.7. Entidades de atendimento	22
5.8. Polícia	23

CAPÍTULO II - DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. A natureza indisponível dos direitos da criança e do adolescente	25
2. Direitos Humanos Fundamentais	26
2.1. Direito à vida e à saúde	27
2.1.1. Da Seguridade Social	29
2.1.2. Do Sistema Único de Saúde	30
2.2. Direito de Locomoção	31
2.2.1. Privação da liberdade (Abrigo x Internação)	32

2.2.2. Autorização de viagem	33
2.3. Direito à convivência Familiar	34
2.4. Direito à educação	35
2.5. Direito à profissionalização e proteção no trabalho	36
2.5.1. Trabalho Lícito	37
2.5.2. Trabalho Ilícito	39

CAPÍTULO III - PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

1. Medidas de Proteção	42
1.1. Situação de.Risco	42
1.2. Competência- para aplicação das medidas de proteção	44
1.3. Medidas de Proteção em.espécie	45
1.3.1. Do encaminhamento aos pais ou responsáveis	45
1.3.2. Orientação, apoio e acompanhamento temporários	46
1.3.3. Matrícula e freqüência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental	46
1.3.4. Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente	47
1.3.5. Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial	47
1.3.6. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos	48
1.3.7. Abrigo em entidade	48
1.3.8. Colocação em família substituta	49
1.4. Aspectos processuais da ação de colocação em família substituta	51
2. Medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis	53
2.1. Medidas em espécie	55
2.1.1. Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família	55
2.1.2. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos	55
2.1.3. Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico	56
2.1.4. Encaminhamento a cursos ou programas de orientação	56
2.1.5. Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua freqüência e aproveitamento escolar	56
2.1.6. Obrigação de encaminhar a criança ou	

adolescente a tratamento especializado	57
2.1.7. Advertência	57
2.1.8. Perda da guarda, destituição da tutela e suspensão ou destituição do pátrio poder	58
2.2. Afastamento do agressor da morada comum	58
2.3. Aspectos processuais da ação de suspensão e destituição do poder familiar	59
 CAPÍTULO IV - DA PRÁTICA DE ATO - INFRACIONAL	
1. Ato infracional	61
2. Garantias processuais do adolescente autor de ato infracional	64
3. Remissão	66
3.1. Remissão concedida pelo representante do Ministério Público	68
3.2. Remissão concedida pela Autoridade Judiciária	69
3.3. Possibilidade de cumulação da remissão com aplicação de medida socioeducativa	70
4. Procedimento de Apuração de Ato Infracional	72
4.1. Do registro e da investigação inicial	72
4.2. Das providências a cargo do Ministério Público	74
4.3. Do processo judicial	76
4.4. Dos recursos	78
5. Medidas socioeducativas	79
5.1. Advertência (ECA, art. 115)	80
5.2. Obrigação de reparar o dano (ECA, art. 116)	80
5.3. Prestação de Serviços à Comunidade (ECA, art. 117)	81
5.4. Liberdade Assistida (ECA, art. 118)	81
5.5. Semiliberdade (ECA, art. 120)	82
5.6. Internação (ECA, art. 121)	83
6. Critérios para aplicação das medidas socioeducativas	85
7. Da execução das medidas socioeducativas	85

TÍTULO II

DIREITOS DO IDOSO

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1. Breve evolução histórica dos direitos dos idosos no Brasil	91
2. Perfil constitucional dos direitos dos idosos	93
3. Princípios norteadores dos direitos dos idosos	97
3.1. Princípio da dignidade da pessoa humana	97
3.2. Princípio da solidariedade social	98
3.3. Princípio da manutenção dos vínculos familiares	99
4. Conceito legal de idoso	100

5. Agentes responsáveis pela aplicação dos direitos dos idosos	101
5.1. Juiz de Direito da Vara do Idoso	101
5.2. Ministério Público	102
5.2.1. Intervenção judicial obrigatória	106
5.3. Conselhos do Idoso	107
5.4. Serviços auxiliares da Justiça	109
5.5. Polícia	109

CAPÍTULO II - DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS IDOSOS

1. Direito à vida	111
2. Direito à liberdade	112
3. Direito ao respeito	113
4. Direito à saúde	113
5. Alimentos	122
6. Direito à educação, à cultura e ao lazer	124
7. Acesso ao trabalho	126
8. Previdência e Assistência social	128
9. Habitação	131
10. Gratuidade no Transporte público coletivo	132
11. Prioridade de atendimento	137
11.1. Atendimento junto aos órgãos prestadores de serviços à população	140
11.2. Prioridade no embarque no sistema de transporte coletivo	140
11.3. Prioridade na tramitação processual	141

CAPÍTULO III - DA PROTEÇÃO AO IDOSO

1. Medidas de proteção	142
1.1. Encaminhamento à família ou curador	143
1.2. Orientação, apoio e acompanhamento temporários	144
1.3. Requisição para tratamento de saúde	144
1.4. Inclusão em programa de auxílio a dependentes de drogas	145
1.5. Abrigo em entidade	145
1.6. Abrigo temporário	146
2. Competência para aplicação das medidas de proteção	146

CAPÍTULO IV - ENTIDADES DE ATENDIMENTO

1. Conceito de entidades de atendimento ao idoso	148
2. Obrigações das entidades de atendimento	149
3. Fiscalização das entidades de atendimento	153
4. Penalidades previstas às entidades de atendimento	153
4.1. Apuração judicial das irregularidades nas	

entidades de atendimento	156
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES DIVERSAS	
1. Infrações Administrativas	159
1.1. Procedimento para aplicação das penalidades pela prática de infrações administrativas	161
2. Proteção penal do idoso	163

TÍTULO III

OS DIREITOS DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO E SEUS REFLEXOS NOS DIREITOS CIVIL E NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Introdução	172
2. Acesso à Justiça e questões processuais	172
2.1. Criação de varas específicas para a criança, o adolescente e o idoso	174
2.2. Prioridade de julgamento em favor da criança do adolescente e do idoso	175
2.3. Legitimidade para o ajuizamento da demanda em favor da criança, adolescente ou idoso	178
2.4. Isenção de custas e despesas processuais, nos processos envolvendo criança, adolescente ou idoso	181
2.5. Adoção do rito sumário pelo Estatuto do Idoso	185
2.6. Competência absoluta para a distribuição de ações envolvendo o idoso	187
3. Outras questões interdisciplinares ligadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, e ao Estatuto do idoso	190
3.1. Regime de separação de bens obrigatório par casamento de idosos	190
3.2. Dispensa da obrigatoriedade de exercer tutela e curatela	193
4. A Ação Civil Pública na defesa dos direitos da criança, do adolescente e do idoso	195
5. A questão dos alimentos em favor da criança, do adolescente e do idoso	199
5.1. Alimentos e o Estatuto da Criança e do Adolescente	201
5.1.1. Fundamentação legal	201
5.1.2. Vida compatível com a condição social e a necessidade da educação	202
5.1.3. Complementação dos alimentos pelos demais	

parentes	204
5.1.4. Contribuição proporcional dos cônjuges separados ou divorciados na criação dos filhos	212
5.1.5. Possibilidade do filho havido fora do casamento acionar o genitor	212
5.2. Alimentos e o Estatuto do Idoso	213
5.3. Pagamento de alimentos em espécie	214
5.4. Causas de exoneração da obrigação alimentar	217
6. Guarda compartilhada	218
7. Indenização por abandono moral da criança, do adolescente ou do idoso	225
Legislação	231
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	233
Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990	245
Lei n. 10.741, de 1 o de outubro de 2003	317
Bibliografia	351